



Os Novos Investimentos no Brasil: Aspectos Setoriais e Regionais*

DENISE ANDRADE RODRIGUES**

RESUMO A mudança por que passa a economia brasileira pode ser apreendida da análise dos anúncios de investimentos publicados pela imprensa em 1996 e 1997: fortes investimentos nos setores de infra-estrutura e consolidação das condições de sustentabilidade da economia. Em 1996, além do setor de infra-estrutura, destacaram-se os setores da indústria mecânica, eletroeletrônica, alimentos e bebidas e os serviços associados ao lazer e, em 1997, as indústrias petroquímica, química, de siderurgia e de celulose e papel, criando expansão de capacidade no fornecimento de matérias-primas básicas. Além disso, em 1997 confirmaram-se os resultados encontrados no ano anterior, quais sejam, a desconcentração dos investimentos em relação ao município de São Paulo e o alongamento dos eixos de produção e comercialização em direção ao Nordeste e ao Sul.

ABSTRACT *Investments intentions announced during 1996 and 1997 preannounces important changes on Brazilian economy: high investments on infrastructure and the reinforcement of the sustainability of economic growth. In 1996 the most important sectors besides infrastructure were mechanical, electric and electronic, food and beverage industries and services related to tourism, all of them associated to a better income distribution provided by the end of inflation. In 1997 the principal investments announcements besides infrastructures were on petrochemical, chemical, steel and paper industries which enables the creation of production capacity on basic industries. The regional development pattern may change towards the economic growth of Brazil's Northeast and South states.*

* Agradeço os comentários e sugestões de Lídia Goldenstein, Laércio Gonçalves e Walter Rodrigues e o apoio de Helio Hermeto. Muitas idéias desenvolvidas neste artigo, porém, são originárias de pessoas com conhecimentos profundos de alguns setores econômicos que, no entanto, não são responsáveis pelos erros e imprecisões eventualmente aqui cometidos. Agradeço especialmente a Maria Lucia Amarante de Andrade, Dulce Corrêa Monteiro Filha, Ricardo Montenegro, Paulo Cesar Siruffo, Angela Macedo e Antônio Carlos Valença, todos do BNDES, aos consultores Sebastião Soares e José Clemente de Oliveira, bem como a Ednundo Klotz, e Denis Ribeiro, presidente e assessor da Abia.

** Economista da Representação Regional Sul do BNDES.

1. Introdução

A análise das intenções de investir, tornadas públicas pelas empresas e instituições através da imprensa, dada a falta de censos e pesquisas rotineiras, pode ser um instrumento interessante de acompanhamento dos rumos da economia brasileira. Durante 1996 e 1997, desenvolvemos um trabalho de coleta e análise destas informações, do ponto de vista setorial e regional, que reforçam muitas das hipóteses divulgadas recentemente, de desconcentração regional em relação ao município de São Paulo, de alteração no padrão de desenvolvimento regional e de capacidade de as empresas brasileiras se adaptarem aos padrões de competitividade internacionais.

Os resultados do estudo sobre as intenções de investir em 1996 [Rodrigues (1997)] indicavam uma retomada dos investimentos que, diferentemente de períodos anteriores, agora se distribuem por vários estados, com o conseqüente alongamento dos eixos de produção e comercialização em direção tanto ao Sul quanto ao Nordeste.

Do ponto de vista setorial, observou-se um crescimento das intenções de investir no setor de infra-estrutura, particularmente em rodovias, ferrovias e energia, tanto públicas quanto privadas. Ao mesmo tempo, destacaram-se os casos de setores industriais e de serviços associados à melhoria do poder aquisitivo da população, tais como as indústrias eletroeletrônica e de alimentos, bem como os serviços associados ao lazer, ou seja, hotéis, *shopping centers* e parques temáticos.

Passada a fase inicial do Plano Real, cujos principais resultados foram a estabilização econômica, a queda da inflação e o estabelecimento de condições para o crescimento econômico, iniciou-se uma fase de consolidação das condições de sustentabilidade da economia, através das reformas administrativa e previdenciária, fundamentais para a sinalização não só de um ambiente de estabilidade para a tomada de decisões para investir por parte da iniciativa privada, mas também da capacidade de o Estado estabelecer uma sistemática de planejamento.

Ao mesmo tempo, foi se delineando um quadro internacional de forte crise financeira proveniente das economias asiáticas. Suas conseqüências sobre a economia brasileira ainda não podem ser totalmente apreendidas, mas a deliberada alta da taxa de juros, visando à preservação da moeda nacional, e a desconfiança dos investidores internacionais fizeram com que o cenário dos futuros investimentos ficasse extremamente incerto.

Tornou-se muito difícil avaliar até que ponto os novos anúncios de investimentos foram inibidos, podendo-se constatar, no entanto, que a partir de novembro de 1997 novos anúncios começaram timidamente a ser veiculados. Além disso, as desistências nos investimentos anunciados até outubro foram irrelevantes, e na verdade elas não tinham sido precedidas de anúncios. É provável que os projetos de investimentos, em fase de gestação, mas ainda não divulgados, tenham sido postergados até que o quadro internacional se estabilizasse.

O clima de frustração proveniente de privatizações e concessões à iniciativa privada, tanto pelo lado dos concessionários – ao conhecerem a realidade da empresa que passaram a operar – quanto das pessoas em geral – ao perceberem que suas expectativas não se realizarão no prazo previsto –, é outro problema a ser enfrentado nesta fase. Aparentemente, os investimentos realizados têm sido inferiores ao necessário, seja porque as demandas estiveram superdimensionadas, seja porque os problemas encontrados foram maiores do que os inicialmente previstos.

2. Os Investimentos Anunciados em 1997: Aspectos Setoriais

A mudança por que passa a economia brasileira pode ser percebida nos dados de 1997.¹ Consolidam-se e amadurecem projetos de investimento em infra-estrutura, mas os setores mais significativos são as indústrias de base como petroquímica e química e de celulose e papel, em contraposição ao ano anterior, quando despontaram os anúncios das indústrias ligadas ao consumo. Isto é particularmente interessante porque os passos para o crescimento econômico sustentado já podem ser visualizados nas intenções de investimentos para os próximos anos (Tabela 1).

Os investimentos anunciados em infra-estrutura são os mais significativos, com aproximadamente US\$ 54 bilhões para os próximos anos, dos quais 43% se referem à energia. Se comparados com o ano de 1996, houve um acréscimo de cerca de 49% nas intenções de investir do setor de infra-estrutura (inclusive telecomunicações).

O resultado da aceleração do programa de privatização, com a entrada dos programas estaduais, após 1995, já pode ser percebido no que se refere a seus efeitos sobre os investimentos privados, particularmente interessantes no subsetor de energia, no qual foram privatizadas, até dezembro de 1997,

¹ *Nota metodológica: foram considerados, para efeito deste estudo, anúncios de investimentos, acima de US\$ 5 milhões, divulgados pelos principais jornais e revistas.*

TABELA 1

Intenções de Investimento segundo Setores no Período 1997/2002 Anunciadas em 1996 e 1997

SETORES	INVESTIMENTOS 1996 (US\$ Milhões)	%	INVESTIMENTOS 1997 (US\$ Milhões)	%	1997/96 (%)
Infra-Estrutura	27.097	25,2	46.667	38,1	72,2
Mecânica/Metalúrgica	15.539	14,5	12.234	10,0	-21,2
Telecomunicações	9.851	9,2	8.531	7,0	-13,4
Alimentos, Bebidas e Fumo	9.559	8,9	6.754	5,5	-29,3
Petroquímica	8.980	8,4	11.186	9,1	24,6
Siderurgia	5.897	5,5	5.928	4,9	0,5
Papel e Celulose	4.067	3,8	4.770	3,9	17,3
Turismo, <i>Shopping</i> e Lazer	4.063	3,8	4.033	3,3	-0,7
Eletroeletrônica	3.741	3,5	2.218	1,8	-40,7
Serviços	2.917	2,7	1.946	1,6	-33,3
Financeiro	2.860	2,7	2.471	2,0	-13,6
Mineração	2.721	2,5	1.776	1,4	-34,7
Química, Plásticos, Fertilizantes e Farmacêutico	3.147	2,9	3.791	3,1	20,5
Comércio	1.911	1,8	3.574	2,9	87,0
Transportes	696	0,6	1.235	1,0	77,4
Têxtil e Confecções	654	0,6	921	0,8	40,8
Higiene e Limpeza	644	0,6	366	0,3	-43,2
Calçados	146	0,1	155	0,1	6,2
Agropecuária	117	0,1	55	0,0	-53,0
Indústria: Diversos	2.788	2,6	3.748	3,1	34,4
Total	107.395	100,0	122.359	100,0	13,9

Fontes: Coluna Angela Bittencourt (Investnews), jornais, revistas e secretarias estaduais de planejamento.

as empresas Escelsa, Light, Cerj, Coelce, Coelba, CEEE, CPFL, Enersul, Cemat, Energipe, Cosern, CEG e Riogás, e onde cerca de 37% dos investimentos anunciados são privados: da CEEE (Hidrelétrica de Dona Francisca); da Riogás/CEG (distribuição de gás canalizado); da Coelba (modernização e expansão); da Enersul (expansão); e da Light (expansão e modernização da usina da Ilha dos Pombos).

Observam-se tanto empreendimentos visando à autogeração de energia hidrelétrica, como as associações Alcan/Fiat, Belgo Mineira/Samarco e CSN/Odebrecht/Camargo Corrêa, quanto diversos outros de geração termelétrica: BHP (no Paraná e no Rio de Janeiro), CSN (Rio de Janeiro), Copelmi

(Rio Grande do Sul), Magistra (Rio Grande do Sul), PQU (São Paulo) e Rhodia/Solvay/Oxypar (São Paulo).

As estatais do setor elétrico também programaram seus investimentos, porém só foram incluídos neste estudo os do setor público em estágio mais avançado de decisão, como as construções das hidrelétricas de Machadinho (associação Alcoa/Eletrosul/Celesc), Miranda, Queimado, Porto Estrela (Cemig), Três Irmãos (Cesp) e nos Rios Iguapé e Tibaji (Copel), bem como da termelétrica e usina de energia eólica da Celesc.

Da parte do governo federal e da Eletrobrás constam alguns investimentos associados à transmissão de energia Norte-Sul de Itaipu, de Urucu para Manaus e de Tucuruí para Fortaleza.

A importância do investimento público em infra-estrutura na promoção do crescimento econômico é amplamente reconhecida: o aumento da oferta e da qualidade da energia, dos transportes, das telecomunicações e do saneamento básico eleva o produto final, implica maior produtividade dos fatores privados e reduz o custo por unidade de insumo, o que por sua vez estimula o investimento e o emprego [Rigolon e Piccinini (1997)].

Além disso, os projetos de infra-estrutura exigem, para a sua implantação, equipamentos sofisticados e construção pesada, hoje disponíveis na economia e ainda com capacidade ociosa, somado ao fato de a tecnologia ser nacional e ter um reconhecimento internacional. Geram, além disso, serviços e bens tais como energia elétrica, transporte, telefonia e saneamento altamente divisíveis e compatíveis com uma distribuição melhor da renda,² além de altamente empregadora.

O setor de telecomunicações esteve durante todo o ano de 1997 sob forte divulgação e acompanhamento por parte da mídia. No entanto, apesar de o valor dos investimentos anunciados ser significativo – cerca de 7% do total anunciado no Brasil –, ele poderia ser ainda maior se o otimismo observado no início do processo de privatização do setor não tivesse sido freado pelo impacto da discussão judicial sobre a validade e os critérios de habilitação das empresas às concessões, principalmente no Estado de São Paulo, que tem um grande efeito demonstração sobre o restante do país. Das 10 áreas da Banda B, cinco foram licitadas até setembro, e a partir daí o processo esteve parado aguardando decisão judicial referente ao interior do Estado de São Paulo (Área 2), esperando-se sua finalização até junho.

2 Ver Pizzo (1992) e suas referências aos modelos do professor Ignácio Rangel.

Porém, as condições são outras, já que se modificaram as expectativas: há um reconhecimento, por parte das empresas vencedoras, de que a demanda foi superdimensionada, e ainda não estão garantidos os acordos para que os sistemas locais tenham alcance nacional (sistema de *roaming*). Além disso, a possibilidade de conceder os serviços de telefonia à iniciativa privada tem provocado investimentos significativos nos serviços prestados pelas estatais estaduais, como no caso da Telemig e da Teleceará, não só devido ao estímulo provocado pela concorrência, mas também à necessidade de se demonstrar a viabilidade das empresas, tornando-as atrativas ao capital privado por ocasião de sua privatização.

Outro setor que apresentou um desdobramento positivo, após o processo de concessão, foi o de transporte ferroviário, que registrou intenções de investir no valor de US\$ 1,8 bilhão em 1997. Porém, possivelmente tais situações seriam maiores se o nível de deterioração dos ativos não fosse tão grande. Esta é, invariavelmente, a maior fonte de frustração por parte da iniciativa privada quando assume a gestão (ou a propriedade) de uma empresa antes pública. Vários depoimentos de dirigentes revelaram que, por mais que tivessem informações prévias sobre o grau de endividamento e deterioração econômico-financeira da empresa, a situação se revelava extremamente mais debilitada do que o previsto, principalmente nos aspectos físicos e operacionais.

A determinação e a eficiência com que foi concedido o serviço de transporte ferroviário não se repetem, no entanto, no setor rodoviário, que envolve uma complexidade maior de problemas, desde uma matriz de transporte de carga baseada no sistema rodoviário (e suas implicações em termos de custo das transportadoras, das distribuidoras de combustível e dos serviços de reparação, manutenção e fiscalização de estradas) até as necessidades de investimento do setor público para que suas concessões se tornem economicamente atrativas. Talvez por isso o transporte rodoviário seja o segundo maior setor de infra-estrutura em intenções de investir. Só de investimento público (federal, estadual e municipal) foram anunciados US\$ 12,2 bilhões, em reparação de estradas e vias. Os Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro e Ceará anunciaram fortes investimentos em rodovias.

A privatização do sistema portuário tem uma modelagem diferenciada e, de maneira geral, as administrações do setor continuarão em mãos de empresas estatais, ficando na órbita privada apenas o arrendamento das áreas portuárias. Os anúncios de investimentos em operações portuárias em terminais nos principais portos foram de US\$ 649 milhões.

Em transporte aéreo foram anunciados projetos de expansão nos aeroportos de Campinas, Porto Alegre, São Paulo, Belém e Rio de Janeiro e de implantação em Guarujá, totalizando cerca de US\$ 1,3 bilhão, estando descartada, porém, pelo menos no curto prazo, a concessão privada dos serviços hoje prestados pela Infraero.

No setor de saneamento as intenções de investimentos ainda são tímidas, relativamente às necessidades dos municípios: US\$ 2,7 bilhões, em sua totalidade do setor público estadual. O programa de concessões à iniciativa privada, outorgadas pelos municípios, não provocou anúncios de investimentos significativos, seja porque não há ainda consenso sobre a modelagem das transferências e, conseqüentemente, sobre o aparato regulatório adequado, seja porque cada município tem especificidades no que se refere à rede cativa e às necessidades atuais e futuras, que em muitos casos não viabilizam o empreendimento.

O setor industrial, por sua vez, respondeu por 44% das intenções de investir em 1997. Apesar da redução de US\$ 58 bilhões em 1996 para aproximadamente US\$ 54 bilhões em 1997, a alteração na participação relativa dos diferentes segmentos revela um aumento na participação dos setores petroquímico, siderúrgico, papel e celulose e químico (ver Tabela 2).

TABELA 2

Intenções de Investimento da Indústria Anunciadas em 1996 e 1997

(Em %)

INDÚSTRIA	1996	1997
Mecânica	21,0	20,1
Alimentos, Bebidas e Fumo	16,5	12,6
Petroquímica	15,6	20,7
Siderurgia	10,2	11,0
Celulose e Papel	7,1	8,9
Eletroeletrônica	6,5	4,1
Metalurgia	5,9	2,5
Mineração	4,6	3,3
Química, Plásticos, Fertilizantes e Farmacêutica	4,1	7,0
Têxtil e Confecções	1,1	1,7
Higiene e Limpeza	1,1	0,7
Calçados	0,2	0,3
Diversos	4,8	7,0
Total	100,0	100,0

Fontes: Coluna Angela Bittencourt (Investnews), jornais, revistas e secretarias estaduais de planejamento.

Durante 1996 observou-se um número elevado de anúncios por parte dos setores de bens de consumo duráveis, em especial mecânico (o exemplo mais notável foi o de montadoras de automóveis) e não-duráveis, como alimentos, bebidas e fumo, fortalecidos, em grande medida, pela melhoria no salário real e pelo aumento da massa salarial proporcionados pelo Plano Real. Mas, passada essa fase inicial, verificou-se uma retração no consumo imediato, de um lado, porque aumentou a inadimplência das pessoas físicas (associada ao crescimento do desemprego) e, de outro, devido ao esvaziamento da demanda reprimida dos segmentos beneficiados pelo aumento de renda proporcionado pelo Plano Real. Verificou-se, também, um forte crescimento da demanda por moradias, revelando uma transição no tipo de consumo. A indústria de material de construção (excluindo vidro e cimento) anunciou cerca de US\$ 890 milhões em investimentos.

A retomada do investimento nos setores petroquímico, siderúrgico, de celulose e papel e químico é extremamente importante, porque permitirá a criação de bases para um desenvolvimento econômico sustentável. Os investimentos realizados no início da década de 90 pouco acrescentaram à capacidade produtiva existente no fim dos anos 80 e revelaram a incapacidade, por parte da produção industrial brasileira, de se adequar ao crescimento da renda do país e ao surto de expansão da absorção doméstica, verificados logo após o Plano Real.³

Em sua esmagadora maioria, os anúncios de investimentos são para a expansão de capacidade do setor como um todo.⁴ Do total de anúncios do setor de papel e celulose, 80% referem-se à expansão da capacidade instalada, no petroquímico 81%, no químico 90% e no siderúrgico 79%. Estes setores apresentam um *gap* estreito entre produção e capacidade de produção, que praticamente é a mesma desde 1986 [ver Chami (1998)].

No caso do complexo químico (incluído o petroquímico), analisado em estudo recente pelo BNDES [ver Montenegro e Monteiro Filha (1997)], a partir de 1995 as importações cresceram muito, não sendo acompanhadas pelo ritmo das exportações, devido, principalmente, ao maior crescimento da demanda interna em relação à produção. Resina PET, poliestireno e policarbonato, fibras artificiais, náilon e fertilizantes, com importações significativas em relação à produção interna e ao consumo aparente, são alguns dos subsetores que requerem investimentos.

3 Em estudo sobre a capacidade da indústria de transformação, Chami (1998) sugere que essa incapacidade da produção doméstica seja responsável pelo crescimento do coeficiente de importação e pelo fraco desempenho das exportações de manufaturados.

4 É verdade, porém, que os investimentos em modernização e aumento de produtividade não são, provavelmente, motivos de anúncios públicos.

Nesse contexto, são urgentes os investimentos anunciados nessa área pelas seguintes empresas: da Copene para implantação de uma nova refinaria e para produção de paraxileno (BA); da Copesul para produção de eteno; da Perez Companc para produção de estireno e poliestireno (RS); do acordo OPP/Petrobrás para produção de polipropileno em Paulínia (SP); do complexo Rio Polímeros (associação Suzano/Unipar/Petroquímica da Bahia); da Ipiranga, em polietileno (RS); da Dow Chemical, em poliestireno (SP); da Suzano, em polipropileno (SP); e da Trikem, em polietileno (BA).

Também a Petrobrás apresenta uma programação de investimentos concentrada na expansão de capacidade. Porém, devido aos altos custos envolvidos na construção de novas refinarias e à tendência mundial da indústria⁵ para aumentar a produtividade no craqueamento, este crescimento é contido e, quando ocorre, já tem toda a sua produção comprometida. Assim, praticamente não há capacidade de refino ociosa, e o crescimento do complexo químico, pelas regras de coordenação deste mercado, ainda está amarrado ao planejamento de investimentos da Petrobrás. Porém, dependendo da política de exportação do setor, seria necessária a expansão da produção de matéria-prima. A Tabela 3, a seguir, apresenta alguns produtos e sua necessidade de expansão de capacidade, caso seja adotada uma estratégia de crescimento externo para o setor.

A indústria farmacêutica anunciou investimentos de US\$ 1,6 bilhão em São Paulo e no Rio de Janeiro, dos quais 79% referem-se a novas unidades: Glaxo Wellcome e Smithkline, no Rio de Janeiro; TRB Pharma, em Campinas; e Hoescht Marion Roussell, em Suzano. Já o setor de fertilizantes, apesar de fortemente importador e com capacidade instalada insuficiente, anunciou somente US\$ 116 milhões em investimentos.

Praticamente todas as empresas do setor de papel e celulose anunciaram investimentos, totalizando US\$ 4,8 bilhões em 1997, correspondentes a 8,9% do total da indústria. Entre eles, os mais significativos foram a reativação da usina de energia de Jari (celulose), o plantio de eucaliptos do projeto Celmar (MA), a implantação da Vera Cruz Florestal e a duplicação da Bahia Sul (ambas na Bahia). Segundo estudo realizado pelo BNDES [ver Macedo *et alii* (1997)], para que a indústria nacional possa abastecer o mercado nacional de papel e, no mínimo, manter sua participação no mercado mundial, há necessidade urgente de investimentos da ordem de US\$ 10 bilhões até 2005.

5 A Petrobrás quer importar óleo e aumentar a prospecção de gás e, assim, preservar e racionalizar o uso das reservas brasileiras de petróleo, segundo a tendência mundial.

TABELA 3

Variações na Balança Comercial da Indústria Petroquímica – 1992/96

PRINCIPAIS PRODUTOS	SALDO DA BALANÇA COMERCIAL (1996)	IMPORTAÇÕES (Toneladas)	EXPORTAÇÕES (Toneladas)	CAPACIDADE INSTALADA
Resinas Termoplásticas				
Poliétileno (PE)				
PEAD	(+)	crescente	decrecente	insuficiente
PEBD	(+)	estável	decrecente	
PEBDL	(+)	estável	decrecente	insuficiente
Polipropileno (PP)	(+)	crescente	decrecente	insuficiente
Policloreto de Vinila (PVC)	(+)	crescente	decrecente	insuficiente
Poliestireno (PS)	(-)	crescente	decrecente	insuficiente
Resina ABS	(-)	crescente	decrecente	
Resina PET	(-)	crescente	estável	insuficiente
Resinas Termofixas				
Resinas Fenólicas	(-)	estável	estável	
Resinas Melamínicas	(-)	crescente	não existente	
Resinas Epóxi	(-)	crescente	crescente	
Resinas Uréicas	(+)	baixo volume	baixo volume	
Resinas Alquídicás	(+)	crescente	estável	
Poliuretano	(-)	crescente	estável	
Policarbonato	(-)	crescente	decrecente	
Fibras				
Fibras Artificiais	(-)	crescente	estável	insuficiente
Fibras Sintéticas	(-)	crescente até 1995	estável	
Náilon	(-)	crescente até 1995	estável	insuficiente
Elastômeros				
SBR	(+)	crescente	crescente	
EPDM	(+)	crescente	crescente	
NBR	(+)	crescente	decrecente	
Polibutadieno	(-)	crescente	decrecente	
Fertilizantes	(-)	crescente	estável	insuficiente

O crescimento da demanda interna como resultado imediato da estabilização da economia (41% de aumento no consumo aparente de papéis, de todos os tipos, de 1993 a 1996) não só interrompeu a trajetória crescente das vendas externas, como também levou a um aumento significativo nas importações de papel (215% de 1993 a 1996), tendência mantida também em 1997. Tal qual o setor petroquímico, o de papel e celulose apresenta, também, um *gap* muito estreito entre capacidade de produção e produção.

Os investimentos anunciados pelo setor siderúrgico mantiveram-se praticamente no mesmo nível de 1996, mostrando um planejamento contínuo. O Programa de Modernização Tecnológica da Siderurgia planejou investimentos de US\$ 6 bilhões de 1996 até 2000, visando elevar a competitividade do setor e melhorar as condições ambientais. Verifica-se que as metas deste programa continuam a ser perseguidas.

A balança comercial do setor é amplamente superavitária, sendo o Brasil o segundo maior exportador de produtos siderúrgicos. Porém, após 1995 tanto as exportações decresceram, como forma de suprir o mercado interno, quanto as importações aumentaram [ver Andrade *et alii* (1997)]. A previsão da Gerência de Mineração e Metalurgia do BNDES é de que se mantenha um saldo comercial ligeiramente declinante em função da queda da rentabilidade das exportações, provocada não só pela queda de competitividade (custos financeiros, carga tributária elevada e deficiências de infra-estrutura), mas também pela apreciação cambial. Se este quadro se agravar, as tarifas brasileiras de importação de produtos siderúrgicos passam a se situar entre as mais baixas do mundo.

A melhoria da competitividade do setor tem de passar por uma crescente automação, como a diminuição do número de etapas, especialmente das poluidoras, e a substituição de aço menos nobre por outro mais nobre, induzindo a um menor consumo em toneladas e à diferenciação do produto. A utilização da tecnologia do processo Nucor elimina a etapa de aciaria (alto-forno) ao utilizar *pellets* pré-reduzidos (ferro esponja) e permite a redução da escala mínima de implantação das siderúrgicas (*mini-steels*). Ao mesmo tempo, exige um *upgrade* na cadeia produtiva, envolvendo o setor de mineração de ferro, o que vem sendo feito pela Companhia Vale do Rio Doce na implantação de uma usina de pelotização e redução de minério em Conselheiro Lafaiete (MG). O *upgrade* vertical na cadeia do aço envolve a melhoria das ligas e o desenvolvimento de aços especiais, enquanto o *upgrade* horizontal engloba o desenvolvimento da logística de transporte e de estoques junto a clientes.

Note-se que a etapa de ajustes pós-privatização do setor, através de redução de pessoal, racionalização administrativa e financeira e capitalização financeira, surtiu resultados positivos, pois possibilitou ao setor avançar no processo de melhoria de competitividade e de modernização ambiental.

Os anúncios de investimentos do setor mecânico/metalúrgico, apesar de terem decrescido em relação a 1996, ainda continuam significativos.⁶ As montadoras de automóveis e picapes (BMW, Fiat, Ford, General Motors, Hyundai, Mercedes-Benz, Mitsubishi, Peugeot, Toyota, Chrysler e Subaru) e de caminhões (Skoda, Agrale e Kia Motors) totalizaram, somente em novas unidades, US\$ 5,3 bilhões, consolidando a tendência à implantação de novas empresas no Brasil. Acompanhando os projetos do setor, a indústria de autopeças anunciou US\$ 2 bilhões em investimentos.

Também os setores de alimentos, bebidas e fumo, eletroeletrônicos e higiene e limpeza sofreram uma desaceleração em relação aos anúncios de 1995, um ano excepcionalmente encorajador para as indústrias de bens de consumo. É verdade, porém, que no caso do setor de alimentos e bebidas a reestruturação não pode ser amplamente detectada por esta base de dados, que só considera o conceito de investimentos em novos ativos fixos e não a compra de ativos já existentes. A estratégia destes setores envolve, em um primeiro momento, a compra de empresas, com a finalidade de adquirir *market share* e testar o mercado. Em um segundo momento é que são colocados em prática projetos de expansão.

A desaceleração dos anúncios previstos não ocorreu nos setores têxtil e de calçados, que, paulatinamente, vêm se reestruturando, após a grave crise provocada pela abertura econômica. O ajuste competitivo destes setores implicou o fechamento de unidades no Sul e no Sudeste e a reabertura de algumas no Nordeste. Apesar de perdas irrecuperáveis em postos de trabalho nestas regiões, a movimentação para o Nordeste revela a reconfiguração produtiva do setor. Em conjunto, os dois setores anunciaram investimentos de mais de US\$ 1 bilhão, a maioria em novas unidades.

O setor de serviços também sofreu um revés em relação a 1996, apesar de os setores de turismo, *shopping* e lazer aparentemente terem se estabilizado em US\$ 4 bilhões e os de serviços de transportes terem aumentado expressivamente, estimulados pelo novo padrão de consumo e pela movimentação aérea (carga e passageiros).

6 Muitas empresas aparecem tanto em 1996 quanto em 1997, podendo ser, inclusive, o mesmo projeto. Dai ter-se o cuidado, ao longo deste estudo, em não somar os valores.

No comércio, várias grandes cadeias de lojas anunciaram investimentos, totalizando US\$ 3,6 bilhões, em sua maioria na expansão de redes, como parece ser o caso dos Supermercados Bom Preço, Carrefour, Cândia, Eldorado, Pão de Açúcar, Sé, das Lojas Arapuã, Renner, Ponto Frio, C&A, Wal-Mart, Saraiva, das distribuidoras de combustíveis Esso, Shell e Texaco e das concessionárias de automóveis BMW, Chrysler, Mercedes Benz e Renault.

3. Os Investimentos Anunciados em 1997: Aspectos Regionais

Em 1996, o levantamento dos anúncios das intenções de investir evidenciou a possibilidade de um padrão de desenvolvimento regional diferenciado em relação à década de 80, quando, após o fim de um ciclo de expansão, com relativa desconcentração regional em direção a quase todos os estados, ocorreu uma reversão, e alguns pólos de desenvolvimento, próximos a São Paulo, capturaram a maior parte das atividades econômicas [ver Diniz (1995)].

O efeito combinado da ampliação do mercado interno com a melhoria do salário real, a estabilidade econômica, a redução de incertezas proporcionada pelo Plano Real e a retomada dos investimentos em infra-estrutura modificou as condições que favoreciam a reconcentração circunscrita ao Estado de São Paulo e ao grande polígono em seu entorno.

Foram observadas intenções de investir significativas nos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Bahia e Ceará, que poderiam provocar alterações importantes na distribuição da produção e em seus eixos de comercialização, caso fossem efetivamente realizadas. Para dar sustentabilidade a esta redistribuição seriam necessários fortes investimentos em infra-estrutura.

O Rio de Janeiro poderia interromper o processo de desindustrialização que vem ocorrendo há algumas décadas e recuperar sua importância no cenário nacional; o Espírito Santo continuaria em sua trajetória de crescimento e poderia ser beneficiado pela recuperação do Rio de Janeiro, pelo contínuo desenvolvimento de Minas Gerais e pelo desenvolvimento recente da Bahia. Minas Gerais mereceu um destaque especial, pela possibilidade de realizar, nos próximos anos, um crescimento desconcentrado em relação à capital, tal qual o ocorrido com São Paulo na última década. O Paraná poderia apresentar também forte trajetória de crescimento em um modelo ainda concentrado em torno de Curitiba. E Santa Catarina manter-se-ia na traje-

tória de crescimento contínuo e desconcentrado, juntamente com investimentos importantes em infra-estrutura.

As disparidades entre alguns estados do Nordeste poderiam aumentar, pois os crescimentos vislumbrados para o Ceará e a Bahia foram significativos, podendo atingir em menor escala estados adjacentes. Poderiam estar em curso, também, modificações fundamentais em alguns municípios do Nordeste. Os investimentos em torno de Salvador, Recife, Fortaleza e Natal poderiam garantir uma trajetória de absorção de mão-de-obra acima da média. Além disso, um novo tipo de indústria estaria procurando a região, aproveitando seu potencial turístico e de mercado consumidor.

Em 1997, os estados que mais se destacaram foram Paraná, Bahia, Rio Grande do Sul, Amazonas, Rio de Janeiro e Ceará. O Paraná é o que mais surpreende, com US\$ 13,1 bilhões de anúncios de investimentos, correspondentes a quase 11% do total de intenções do Brasil. Estão distribuídos em 17 municípios, mas com forte concentração em Curitiba, principalmente os projetos do setor mecânico: BMW/Chrysler (motores), Chrysler (picapes), associação Volks/Audi, Volvo (caminhões) e Grupo Multibrás. Destacam-se também os investimentos em infra-estrutura, necessários à viabilização do forte crescimento industrial do estado: são US\$ 10,2 bilhões, totalizando 78% das intenções no estado, em programas de concessões de estradas, novas rodovias e energia, como a construção de termelétrica a gás pela BHP e a construção das hidrelétricas de Iguçu e do rio Tibaji.

Na Bahia, os setores predominantes são petroquímico, papel e celulose e infra-estrutura, justamente os que mais se destacaram em termos nacionais em 1997. Porém, além dos investimentos do setor petroquímico e de papel e celulose, já referidos, destacam-se também empreendimentos no setor mecânico e eletroeletrônico, novidade para a região, com os projetos de construção de fábrica de *vans* da Hyundai e de automóveis da Skoda e a transferência das atividades da Semp-Toshiba para a região metropolitana de Salvador.

No estudo desenvolvido sobre os investimentos anunciados em 1996, enfatizou-se a importância crescente que estavam tomando os setores associados diretamente ao desenvolvimento do padrão de consumo das populações do Nordeste, além de, obviamente, outros incentivos para a instalação de indústrias proporcionados tanto pelos governos estaduais e prefeituras quanto pelo menor custo de mão-de-obra em relação às regiões Sul e Sudeste.

Em 1997, tais condições continuaram visíveis: na indústria de alimentos, por exemplo, com a Ace Aquafarms (criação de peixes em cativeiros em

TABELA 4

Intenções de Investimento por Estados Anunciadas em 1996 e 1997

ESTADOS	INVESTIMENTOS 1996 (US\$ Milhões)	%	INVESTIMENTOS 1997 (US\$ Milhões)	%	1997/96 (%)
São Paulo	23.681	22,1	24.534	20,0	3,6
Minas Gerais	12.935	12,0	11.451	9,4	-11,5
Rio de Janeiro	7.407	6,9	10.650	8,7	43,8
Rio Grande do Sul	5.164	4,8	8.420	6,9	63,1
Paraná	5.119	4,8	13.116	10,7	164,0
Santa Catarina	4.104	3,8	768	0,6	-81,3
Bahia	3.858	3,6	7.270	5,9	88,4
Pará, Rondônia, Acre e Tocantins	3.099	2,9	219	0,2	-92,9
Espírito Santo	2.770	2,6	845	0,7	-69,5
Pernambuco	1.948	1,8	440	0,4	-77,4
Ceará	1.915	1,8	2.382	1,9	24,4
Alagoas, Maranhão, Paraíba, Sergipe e Rio Grande do Norte	1.510	1,4	569	0,5	-62,3
Amazonas	1.319	1,2	2.125	1,7	61,1
Mato Grosso e Mato Grosso do Sul	1.231	1,1	915	0,8	-25,7
Goiás e Distrito Federal	1.061	1,0	1.037	0,8	-2,2
Total (sem São Paulo)	50.957	49,8	60.207	49,2	18,1
Vários (Simultâneos)	24.109	22,4	27.969	22,9	16,1
Não-Definidos	8.643	5,7	9.649	7,9	11,6
Total	107.390	100,0	122.359	100,0	13,9

Fontes: Coluna Angela Bittencourt (Investnews), jornais, revistas e secretarias estaduais de planejamento.

Paulo Afonso), a Avipal (complexo agrícola) e a Agronave (processadora de óleos vegetais em Feira de Santana); na instalação de fábrica de calçados em Alagoinhas, Juazeiro do Norte, Jequié e Serrinha e de confecções em Itabuna; e, no setor de serviços de turismo, com a construção do Complexo de Sauípe em Salvador pelo Grupo Odebrecht e as construções de *shopping centers* em Salvador (Aero Plaza Show), Feira de Santana (Iguatemi) e Juazeiro do Norte (Cariri Shopping).

O esforço empreendido pelo Rio Grande do Sul em promover seu desenvolvimento pode ser observado pela variedade de setores que anunciaram investimentos em 1997. Apesar de ainda fortemente concentrados na região metropolitana de Porto Alegre, constata-se também algum investimento em outros municípios. Além daqueles já referidos no setor petroquímico, des-

tacam-se: no setor siderúrgico, uma nova unidade do Grupo Gerdau e o aumento da capacidade da Piratini; no setor mecânico, duas unidades de fabricação de automóveis, uma da Ford e outra da General Motors, de caminhões médios e pesados da Agrale (em Caxias do Sul) e, conseqüentemente, de autopeças, como Ardeb, Goodyear e Pirelli (em Gravataí) e Zamprogná (em Porto Alegre); e, no setor de alimentos, bebidas e fumo, investimentos da Elegê Alimentos (leite), da Isabela (biscoito), do Grupo Josapar, da Souza Cruz e da Coca-Cola.

O Estado do Amazonas, apesar de registrar acréscimo em relação ao ano anterior, quando se exclui a construção da usina de gás natural e sua ligação com Manaus, apresenta, na verdade, intenções bem inferiores às de 1996. Fica evidente a fragilidade da Zona Franca de Manaus frente ao redirecionamento dos investimentos dos setores de bens duráveis para a infra-estrutura e a indústria de produtos básicos. Ao instituir um regime especial para a indústria eletroeletrônica, a Zona Franca tornou-se dependente deste setor e suscetível a seus ciclos.

No Rio de Janeiro, as intenções de investir concentram-se, principalmente: na infra-estrutura, com os programas de melhoria da geração e abastecimento energético, tais como a usina termelétrica a gás da BHP em Macaé, a expansão da rede de gás da CEG/Riogás pelas concessionárias privadas Enron Corporation (Estados Unidos), Gás Natural (Espanha), Iberdrola (Espanha) e Pluspetro (Argentina), a construção de usina termelétrica aproveitando gases da operação da CSN e a implantação da usina de Angra II; na melhoria do transporte urbano, com a expansão da linha do metrô até a Barra da Tijuca, a construção da Linha Amarela e do Anel Viário; no saneamento da Cedae; e na expansão do Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro. Mas não menos importantes são os anúncios do setor petroquímico, com a construção de uma unidade de craqueamento na Reduc e a Rio Polímeros (já mencionado), e do setor químico, principalmente farmacêutico, com a duplicação da Bayer, a construção da nova unidade da Glaxo Wellcome, da Smithkline e da Schering Plough. No setor mecânico, destacam-se a instalação de uma fábrica de automóveis da Peugeot, em Porto Real, e a construção de navios pelo Grupo Libra. A CSN e o Grupo Gerdau desenvolvem projetos de modernização e expansão no setor siderúrgico.

Finalmente, no setor de serviços de lazer e turismo também existem projetos de investimento: o Grupo Andrade Gutierrez desenvolve o projeto de construção do complexo hoteleiro Ilhas Perynas, na Região dos Lagos; o Grupo Suarez construirá um *resort* que será administrado pela rede Marriott, em Angra dos Reis; o Rio Palace passará por uma reforma; e serão ainda investidos aproximadamente US\$ 240 milhões em expansão e/ou construção de cinco *shopping centers* na cidade do Rio de Janeiro.

Também no Ceará os investimentos em infra-estrutura são significativos. Entre eles, destacam-se: a construção da barragem do Castanhão e do metrô de Fortaleza; a expansão da rede da Teleceará; e a implantação de parques eólicos para energia. Chama a atenção o prosseguimento do projeto de implantação da *mini-steel* da CSN (já anunciado em 1996) e a duplicação da capacidade da unidade da Gerdau, no setor siderúrgico, e a implantação da fábrica de automóveis da Subaru, no mecânico. Os setores têxtil (Marisol, Nylorend e Vicunha), de alimentos e bebidas (Kaiser e Parmalat) e de calçados (Grendene) também prosseguem em seus planos de implantação de unidades.

O Estado de São Paulo praticamente não apresentou aumento em seus anúncios de investimentos em relação a 1996, porém os que foram anunciados são extremamente significativos. Distribuídos em 46 cidades, apesar de a maior parte estar concentrada na região metropolitana (cerca de US\$ 10,1 bilhões), prenunciam o padrão de desenvolvimento do estado prevalecente desde o final dos anos 80: interiorização da indústria, de forma bastante pulverizada, inclusive disseminando-se por pequenos municípios. Só no eixo São Paulo–Rio de Janeiro (excluindo as duas capitais e Duque de Caxias) foram identificados US\$ 4,5 bilhões em investimentos. Note-se que a infra-estrutura de transporte entre estas capitais provavelmente será insuficiente face ao aumento da movimentação de carga passível de ocorrer para tais volumes de investimentos. O mesmo se poderia supor no eixo São Paulo–Curitiba, porém o Paraná é hoje um dos estados onde mais se planejam investimentos em infra-estrutura de transporte (cerca de US\$ 6,8 bilhões).

Além dos setores mecânico e petroquímico, outro que se destaca é o de serviços. Só no município de São Paulo são US\$ 1,5 bilhão, que corroboram a hipótese de que estaria havendo um redirecionamento das principais atividades da cidade no rumo do setor de serviços.

O Estado de Minas Gerais sofre um decréscimo irrelevante em seus anúncios de investimento em relação a 1996.⁷ De forma similar a São Paulo, observa-se um processo de pulverização da indústria pelo interior do estado, distribuindo-se por 24 municípios, em praticamente todos os setores da economia, destacando-se: infra-estrutura, principalmente energia (US\$ 1,8 bilhão), transportes (US\$ 840 milhões), telecomunicações (US\$ 620 milhões), siderúrgico (US\$ 2,7 bilhões), mecânico (US\$ 1,4 bilhão) e papel e celulose (US\$ 1 bilhão).

7 Em 1996, os investimentos anunciados pela Telemig e pela Fiat foram mais volumosos.

As intenções de investimento em Goiás e no Distrito Federal mantiveram-se no mesmo nível de 1996, prevendo-se um total de US\$ 1 bilhão nos setores têxtil (Vicunha, Hering e Pingo de Gente), de alimentos (Perdigão, Parmalat e Sakura), mecânico (Mitsubishi e Thermadec) e de serviços de turismo (Projeto Orla em Brasília e Gutheil, Pousada do Rio Quente e White Water em Goiás).

Todos os demais estados apresentaram fortes decréscimos em seus anúncios de investimentos em relação a 1996. Santa Catarina e Pernambuco estiveram sob forte exposição à mídia neste período, em virtude de escândalos financeiros. Esses estados ou poderiam estar concentrados em resolver os problemas internos,⁸ sobrando pouco espaço, assim, para divulgação de novos investimentos, ou haveria, de fato, poucos novos investimentos a serem anunciados.

No Espírito Santo, excetuando-se os investimentos da CST (implantação de um laminador de tiras a quente), da Kobrasco (implantação de *joint venture* entre a CVRD e a sul-coreana Pohang para construção de uma usina de pelotização de minério de ferro) e da Escelsa (construção de uma usina termelétrica em convênio com a Petrobrás), praticamente não ocorreram anúncios significativos, comparativamente a 1996, quando as empresas Aracruz, Belgo Mineira, Degussa, Garoto, Andrade Gutierrez e Kia Motors anunciaram investimentos.

Nos estados do Norte, os investimentos previstos ainda são incipientes. Em 1996 tiveram um peso maior devido a projetos da CVRD, anúncios que não se repetiram em 1997. E em Mato Grosso e Mato Grosso do Sul os investimentos previstos são de infra-estrutura energética e de agropecuária, neste último caso significativos, com a Agrovale e a MPE (implantação da criação de suínos) e o Grupo Saint Germain (moagem de trigo e milho).

Finalmente, no Nordeste, além dos estados já mencionados, destacam-se os seguintes investimentos: da associação Artex/Coteminas em João Pessoa; do Shopping Iguatemi, em Campina Grande, da fábrica de calçados da Samello, em Santa Rita, da associação SpeedCross/Quinggi para montagem de motos, em Conde, todos na Paraíba; da implantação de fábrica de biscoitos da Parmalat em Natal (RN); e da expansão da Fafen (químico) em Sergipe.

⁸ É extremamente sintomático que uma capital como Recife só tenha tido um anúncio de investimento: de US\$ 25 milhões da Miller (Aguardente 51).

Do ponto de vista dos municípios listam-se, a seguir, algumas cidades, o valor das intenções de investir e os principais setores onde estão previstos os investimentos. Alguns municípios merecem destaque especial pela possibilidade de desenvolverem, em sua circunscrição, redes de pequenas e médias empresas beneficiadas indiretamente pelos grandes investimentos e, ao mesmo tempo, por contribuírem para diminuição da pressão migratória sobre os grandes centros urbanos. Tal pode vir a ser o caso de Uberlândia, São José dos Campos, Taubaté, Fortaleza, Juiz de Fora, Volta Redonda, Campinas, Jacareí, Capuava, Ribeirão Preto, Londrina, Mogi Mirim, Americana, Bragança Paulista, Ponta Grossa e Feira de Santana.

TABELA 5

Investimentos por Municípios e Principais Setores – 1997

CIDADE	ESTADO	INVESTIMENTOS (US\$ Milhões)	SETOR 1	SETOR 2	SETOR 3	SETOR 4
São Paulo	SP	8.279	transportes	serviços	mecânico	higiene
Rio de Janeiro	RJ	3.973	químico	transportes	petroquímico	serviços
Curitiba	PR	1.822	mecânico	serviços	autopeças	químico
Duque de Caxias	RJ	1.500	petroquímico			
Eunápolis	BA	1.500	papel e celulose			
Uberlândia	MG	1.494	serviços	alimentos	fumo	
Cachoeirinha	RS	1.440	fumo			
Ipatinga	MG	1.380	siderúrgico			
Porto Alegre	RS	1.372	mecânico	transportes	serviços	
Mataripe	BA	1.328	petroquímico			
Triunfo	RS	1.200	petroquímico			
São José dos Campos	SP	1.002	mecânico	petroquímico		
Porto Real	RJ	1.000	mecânico			
Três Lagoas	MG	1.000	papel e celulose			
Taubaté	SP	966	mecânico	químico		
Fortaleza	CE	959	transportes	têxtil	mecânico	serviços
Juiz de Fora	MG	895	mecânico	transportes		
Pecém	CE	700	siderúrgico			
Angra dos Reis	RJ	685	energia	serviços		
Salvador	BA	683	serviços	mecânico	transportes	
Indaiatuba	SP	613	mecânico			
Sete Lagoas	MG	575	mecânico	metalúrgico	alimentos	
Ouro Branco	MG	548	siderúrgico			
Volta Redonda	RJ	547	energia	siderúrgico		
Belo Horizonte	MG	508	transportes	mecânico	serviços	
Cubatão	SP	501	siderúrgico	químico		
Conselheiro Lafaiete	MG	500	mineração			

(continua)

CIDADE	ESTADO	INVESTIMENTOS (US\$ Milhões)	SETOR 1	SETOR 2	SETOR 3	SETOR 4
Campinas	SP	466	mecânico	logística	serviços	
Jacareí	SP	462	papel e celulose	bebidas		
Paulínia	SP	425	energia	petroquímico		
Candiota	RS	400	energia			
Vitória	ES	397	siderúrgico			
Caldas Novas	GO	390	serviços			
Niterói	RJ	380	mecânico			
Gravataí	RS	367	autopeças			
Pindamonhangaba	SP	360	metalúrgico			
Joinville	SC	332	energia	eletroeletrônico	metalúrgico	
Mogi das Cruzes	SP	306	mecânico	papel e celulose		
Rio Verde	GO	306	alimentos			
Macaé	RJ	300	energia			
Simões Filho	BA	280	mecânico			
Sumaré	SP	272	químico	metalúrgico		
Capuava	SP	270	petroquímico	energia		
Manaus	AM	265	eletroeletrônico			
Ribeirão Preto	SP	265	serviços	comércio	telecomunicações	
João Monlevade	MG	260	siderúrgico			
Santos	SP	251	logística			
Lapa	PR	250	material de construção			
Rio Grande	RS	245	material de construção	logística		
Timóteo	MG	243	siderúrgico			
São Carlos	SP	230	mecânico			
Sorocaba	SP	220	mecânico			
Tubarão	ES	215	siderúrgico			
Caxias do Sul	RS	200	mecânico			
Congonhas	MG	200	siderúrgico			
Palmas	PR	200	energia			
Santo André	SP	200	telecomunicações			
Telemaco Borba	PR	200	papel e celulose			
Camaçari	BA	195	petroquímico			
Londrina	PR	180	autopeças	telecomunicações		
Mauá	SP	162	petroquímico			
Campo Grande	MS	156	energia			
Cuiabá	MT	155	alimentos			
Mogi Mirim	SP	150	mecânico	bebidas		
São Mateus	ES	150	energia			
Brasília	DF	130	serviços			

(continua)

CIDADE	ESTADO	INVESTIMENTOS (US\$ Milhões)	SETOR 1	SETOR 2	SETOR 3	SETOR 4
Valinhos	SP	130	mecânico			
Uberaba	MG	128	químico			
Betim	MG	117	transportes	mecânico		
Suzano	SP	117	químico	papel e celulose		
Guarulhos	SP	115	serviços			
Aratu	BA	110	petroquímico			
Anápolis	GO	108	têxtil			
Pacatuba	CE	106	bebidas			
Jaguariúna	SP	105	eletroeletrônico			
Guarujá	SP	100	logística			
João Pessoa	PB	100	têxtil			
Otacílio Costa	SC	100	papel e celulose			
Pederneiras	SP	100	alimentos			
Americana	SP	92	químico	têxtil	autopeças	
Montes Claros	MG	90	têxtil			
Belém	PA	81	logística			
Bragança Paulista	SP	80	alimentos	papel e celulose		
Tailândia	PA	80	alimentos			
Paranaguá	PR	78	logística			
Pelotas	RS	77	alimentos			
Nova Friburgo	RJ	75	energia			
Barretos	SP	72	alimentos			
Alfenas	MG	70	têxtil			
Itaguaí	RJ	70	logística			
Ponta Grossa	PR	68	alimentos	autopeças		
Itu	SP	65	mecânico			
Palotina	PR	65	alimentos			
Charqueadas	RS	60	siderúrgico			
Itabuna	BA	60	têxtil			
Itajubá	MG	60	material elétrico			
Três Barras	SC	60	papel e celulose			
Feira de Santana	BA	54	serviços			
Araxá	MG	52	químico			
Almeirim	PA	50	papel e celulose			
Cabo Frio	RJ	50	serviços			
Campina Grande	PB	50	serviços			
Campo Mourão	PR	50	alimentos			
Cantagalo	RJ	50	material de construção			
Conde	PB	50	mecânico			
Guaíba	RS	50	papel e celulose			

Fontes: Coluna Angela Bittencourt (Investnews), jornais, revistas e secretarias estaduais de planejamento.

4. Considerações Finais

Apesar das incertezas provocadas pela crise asiática, os novos investimentos no Brasil prenunciam um crescimento sustentado da economia brasileira no pós-Plano Real. Depois de uma etapa inicial em que a estabilização econômica e a queda da inflação proporcionaram um ambiente favorável à implementação de projetos de investimentos, principalmente das indústrias e dos serviços associados à melhoria da renda da população, a economia entrou em uma fase de consolidação das condições de sustentabilidade do crescimento.

Assim, durante 1996 destacaram-se as intenções de investir das indústrias mecânica, eletroeletrônica, de alimentos e bebidas e dos serviços associados de lazer: hotéis, *shopping centers* e parques temáticos. Durante 1997, destacaram-se as intenções de investir das indústrias petroquímica, química, siderurgia e de celulose e papel, principalmente em expansão de capacidade, criando condições para que o crescimento econômico brasileiro não tenha de ser restringido por estrangulamentos no fornecimento de matérias-primas básicas.

Mas, sobretudo, o forte incremento do investimento no setor de infra-estrutura poderá garantir as mudanças na estrutura de distribuição da produção e a melhoria de condições de competitividade frente aos produtos estrangeiros. Foram 72% de aumento nas intenções de investir em energia, transportes e saneamento comparativamente a 1996, que já foi um ano extremamente promissor em relação ao estabelecimento de expectativas de crescimento não só do setor público, mas também de empresas ou concessões privadas.

Do ponto de vista regional, as intenções de investir em 1997 fortalecem resultados encontrados na avaliação dos anúncios de investimentos de 1996. As hipóteses de desconcentração em relação ao município de São Paulo e o alongamento dos eixos de produção e comercialização, em direção ao Nordeste e ao Sul, vão ao encontro dos fortes incrementos nos anúncios relativos aos Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Bahia e Ceará. Associa-se a isso a possibilidade de recuperação do Estado do Rio de Janeiro e a trajetória contínua de crescimento de Minas Gerais.

Também muitos pequenos e médios municípios têm uma perspectiva de incremento de suas atividades econômicas. Os efeitos diretos e indiretos da realização de investimentos em valor superior a US\$ 5 milhões são extremamente significativos, visto que 185 municípios foram mencionados nos anúncios. Além disso, muitos anúncios do setor de infra-estrutura envolvem vários municípios simultaneamente.

Referências Bibliográficas

- ANDRADE, M. L. A., CUNHA, L. M. S., VIEIRA, J. R. M., KELLER, M. C. Setores minero-metalúrgico e siderúrgico. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, ed. esp., p. 55-86, nov. 1997.
- BARROS, J. R. Mendonça de, GOLDENSTEIN, L. *Reestruturação industrial: três anos de debate*. IX Fórum Nacional, ago. 1997a.
- _____. A crise asiática e a estabilização no Brasil. *O Estado de S. Paulo*, 14 de dezembro de 1997b.
- _____. *Plano Real fase II: da estabilização ao crescimento sustentado*. X Fórum Nacional, maio 1998.
- BONELLI, R., GONÇALVES, R. R. *Para onde vai a estrutura industrial brasileira*. Rio de Janeiro: Ipea, jan. 1998 (Texto para Discussão, 540).
- CHAMI, J. Capacidade de produção da indústria de transformação: 1971/1997. *Boletim de Conjuntura*, Rio de Janeiro: Instituto de Economia/UFRJ, v. 17, n. 4, jan. 1998.
- DINIZ, C. C. *A dinâmica regional recente da economia brasileira e suas perspectivas*. Brasília: Ipea, jun. 1995 (Texto para Discussão, 375).
- MACEDO, A. R. P., VALENÇA, A. C. V., LEITE, E. T., MATTOS, R. L. G. Papel e celulose. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, ed. esp., p. 87-104, nov. 1997.
- MONTENEGRO, R. S. P., MONTEIRO FILHA, D. C. Complexo químico. *BNDES Setorial*, Rio de Janeiro, ed. esp., p. 199-246, nov. 1997.
- PIZZO, M. R. R. *O investimento privado em infra-estrutura no Brasil – concessões*. Mar. 1992, mimeo.
- RIGOLON, F. J. Z., PICCININI, M. S. *O investimento em infra-estrutura e a retomada do crescimento econômico sustentado*. Rio de Janeiro: BNDES, dez. 1997 (Texto para Discussão, 63).
- RODRIGUES, D. A. Cenários de desenvolvimento regional. *Revista do BNDES*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 242-256, jun. 1997.